

--- 簡要裁判 (按照經第 9/2013 號法律修改的<<刑事訴訟法典>>第 407 條第 6 款規定) -----
--- 日期 : 20/09/2019 -----
--- 裁判書製作法官 : 蔡武彬法官 -----

上訴案第 630/2019 號

上訴人 : A (A)

澳門特別行政區中級法院裁判書製作人

簡要裁判

一、案情敘述

澳門特別行政區檢察院控告嫌犯 A 為直接正犯,其既遂行為觸犯 :

- 澳門《刑法典》第 211 條第 4 款 a)項結合同一條文第 1 款以及第 196 條 b)項所規定及處罰之一項詐騙罪 ;
- 澳門《刑法典》第 245 條結合第 244 條第 1 款 c 項所規定及處罰的一項偽造具特別價值之文件罪。

並請求初級法院以合議庭普通訴訟程序對其進行審理。

初級法院刑事法庭的合議庭在第 CR1-18-0083-PCC 號案件中,經過庭審,最後作出了以下的判決 :

- 嫌犯 A, 以直接正犯身分及在犯罪既遂的情況下,觸犯了《刑法典》第 211 條第 4 款 a)項結合同一條文第 1 款以及第 196 條 b)項所規定及處罰之一項詐騙罪,判處二年九個月徒刑;及觸犯了《刑法典》第 245 條結合第 244 條第 1 款 c 項所規定及

處罰的一項偽造具特別價值之文件罪，判處一年六個月徒刑；兩罪競合，合共判處三年三個月實際徒刑。

- 另外，判處嫌犯 A 須向被害人 B 賠償港幣 1,000,000 元；該賠償須附加自本判決日起計至完全繳付有關賠償時的法定利息。

嫌犯 A 對判決不服而提出上訴。¹

¹ 其葡文內容如下：

1. Imputa a ora recorrente à decisão recorrida, vícios de erros de direito integrado no fundamento indicado no art.º 400º, nº 1, do Código de Processo Penal – “quaisquer questões de direito de que pudesse conhecer a decisão recorrida” – no que concerne a violação por condenação excessiva da pena consagrada nos art.º 40º e art. 65º do Código Penal – e no que concerne nos termos do art. 355º, nº 2 do Código do Processo Penal da falta de exame crítico da prova quanto ao arbitramento do quantum de indemnização civil, sob pena de a sentença incorrer na nulidade prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 360º do mesmo diploma legal.
2. A arguida não pode conformar com a a decisão do Tribunal a quo relativamente a pena ora condenada por existir um vício de excesso de pena condenada.
3. O Código Penal de Macau, no seu art.º 40º determina que: a aplicação de pena e medidas de segurança visa a protecção de bens jurídicos e a reintegração do agente na sociedade; a pena não pode ultrapassar em caso algum a medida da culpa; a medida de segurança só pode ser aplicada se for proporcionada à gravidade do facto e à perigosidade do agente.
4. O art.º 65º nº 2 do mesmo diploma legal determina que o Tribunal, na medida da pena, atenda todas as circunstâncias que depuserem a favor ou contra do agente, considerando nomeadamente : o grau de licitude do facto, o modo de execução deste a gravidade das suas consequências, bem como o grau de violação dos deveres impostos ao agente; a intensidade do dolo ou da negligência; os sentimentos manifestados no cometimento do crime e os fins ou motivos que o determinaram; as condições pessoais do agente e a sua situação económica; a conduta anterior ao facto e posterior a este, especialmente quando esta seja destinada a reparar as consequências do crime; a falta de preparação para manter uma conduta lícita, manifesta no facto, quando essa falta deva ser censurada através da aplicação da pena.
5. A recorrente entende que as penas parcelares pelo crime de burla na pena de 2 anos e 9 meses de prisão e pelo crime de falsificação de documento de especial valor na pena de 1 ano e 6 meses de prisão, e em cúmulo na pena única de 3 anos e 3 meses de prisão, condenadas pelo Tribunal a quo na medição da pena excedeu o grau da sua ilicitude.
6. Considerando a recorrente dado o facto de se tratar de uma delinquente primária; e o facto de ter confessado os factos que lhe foram imputados nomeadamente na audiência de discussão e julgamento, e é mãe de três filhas, respectivamente de 18, 14 e 6 anos de idade, todas residentes em Macau que careçam permanentemente cuidados da arguida no lar e acompanhamento nos estudos e nas escolas.
7. Crendo-se que pelo crime de burla deveria ser condenada na pena de 2 anos e 6 meses de prisão e pelo crime de falsificação de documento de especial valor deveria ser condenada

na pena de 1 ano e 3 meses de prisão, em cúmulo deveria ser mais justa para a recorrente a de 2 anos e 11 meses de prisão.

8. Prescreve o art.º 48º do Código Penal “O tribunal pode suspender a execução da pena de prisão aplicada em medida não superior a 3 anos se, atendendo à personalidade do agente, às condições da sua vida, à sua conduta anterior e posterior ao crime e às circunstâncias deste, concluir que a simples censura do facto e a ameaça de prisão realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição .
9. Perante assim especialmente as condições da sua vida e particularmente a vida familiar, é adequada à culpa da agente e suficiente para realizar a tutela dos bens jurídicos protegidos, crendo-se que seja suspensa a execução da pena de prisão por um período de 3 anos.
10. O acórdão também condenou à arguida, por provada, de ter burlado a vítima HK\$1,000,000.00 e consequentemente arbitrou oficiosamente para pagamento como indemnização civil de HK\$1,000,000.00, quantia acrescida de juros legais a partir da data da leitura até ao integral pagamento.
11. A recorrente também não pode conformar o quantum sobre a indemnização civil arbitrado pelo tribunal recorrido.
12. Entende a recorrente que só assiste razão para uma indemnização de HK\$500,000.00 por correspondente a quantia realmente emprestado ou burlado do ofendido.
13. Entende a recorrente que a matéria de facto dada como provada relativamente a quantia burlada pela recorrente ao ofendido existir uma falta de exame crítico da prova nos termos do art. 355º, nº 2 do Código do Processo Penal, sob pena de a sentença incorrer na nulidade prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 360º do mesmo diploma legal.
14. O artigo 355º do Código de Processo Penal que dispõe sobre os “requisitos da sentença” (relatório – nº 1; fundamentação – nº 2; e dispositivo ou decisão stricto sensu), indica no nº 2 os elementos que têm de integrar a fundamentação, da qual deve constar uma “exposição, tanto quanto possível completa, ainda que concisa, dos motivos, de facto e de directo, que fundamentam a decisão, com a indicação e exame crítico das provas que serviram para formar a convicção do tribunal”.
15. Em matéria de facto, a fundamentação remete, como refere o segmento final do nº 2 do artigo 355º do CPP para a indicação e exame crítico das provas que serviram para formar a convicção do tribunal.
16. O exame crítico das provas constitui uma noção com dimensão normativa, com saliente projecção no campo que pretende regular – a fundamentação em matéria de facto -, mas cuja densificação e integração faz apelo a uma complexidade de elementos que se retiram, não da interpretação de princípios jurídicos ou de normas legais, mas da realidade das coisas, da mundividência dos homens e das regras da experiência; a noção de “exame crítico” apresenta-se, nesta perspectiva fundamental, como categoria complexa, em que são salientes espaços prudenciais fora do âmbito de apreciação próprio das questões de direito.
17. O exame crítico consiste na enunciação das razões de ciência reveladas ou extraídas das provas administradas, a razão de determinada opção relevante por um ou outro dos meios de prova, os motivos da credibilidade dos depoimentos, o valor de documentos e exames, que a tribunal privilegiou na formação da convicção, em ordem a que os destinatários e um homem médio suposto pela ordem jurídica, exterior ao processo, com a experiência razoável da vida e das coisas fiquem cientes da lógica do raciocínio seguido pelo tribunal e das razões da sua convicção.
18. Para cumprimento daquele requisito não se satisfaz a lei com a mera enumeração dos meios de prova produzidos na audiência de julgamento e dos que serviram para fundamentar a sentença.

-
19. É ainda necessário um exame crítico desses meios, que servirá, além do mais, para convencer os interessados e a comunidade em geral da correcta aplicação da justiça no caso concreto.
 20. A arguida apenas confessou que de ter pedido emprestado ao ofendido a importância de HK\$500,000.00 para jogar em apostas, e do lado da acusação, o ofendido B e a testemunha C referiram de ter emprestado duas vezes HK\$500,000,00 à arguida, perfazendo em HK\$1,000,000.00.
 21. A arguida confessou em audiência que em Agosto de 2014 por ter entregue em certificado de propriedade duma fracção autónoma como garantia para o ofendido, este na sala de jogos de VIP XX (XX 貴賓廳) do casino YY cedeu um empréstimo de HK\$500,000,00 para ela, sendo condição do empréstimo exigiu pagar 10% como juros. Por ter perdido todo o dinheiro emprestado e o ofendido propôs-lhe para que emprestasse mais HK\$1,000,000.00 com a condição da arguida passar uma declaração de dívida e procuração. A arguida assinou a declaração e procuração no dia 8 de Agosto mas de como o ofendido descobriu a fracção autónoma não era da sua propriedade pelo que não ficou sucesso obter os HK\$1,000,000.00. Admitiu que serviu o certificado viciado de propriedade de fracção autónoma para enganar o ofendido para que pudesse ser emprestada HK\$500,000.00. Prometeu em indemnizar essa quantia através de prestações.
 22. O ofendido na audiência de julgamento referiu que de como a arguida entregou-lhe um certificado de propriedade duma fracção autónoma como garantia na mão e confiava de que se a arguida não conseguisse saldar a dívida, ele poderia adquirir esse imóvel por preço mais baixo, pelo que aceitou efectuar o empréstimo a arguida. Referiu que na sala de jogos de VIP XX (XX 貴賓廳) após de levantar a quantia de HK\$500,000,00 (na conta de C), a arguida levou para jogar e trocando a quantia de numerário para fichas de jogo para apostar, e das apostas efectuadas pela arguida, o ofendida ganhou comissões de bate-fichas. Depois, a arguida disse que precisava mais de HK\$500,000,00 porque pretendia fazer obras de reparações, e de como o ofendido tinha como garantia o tal certificado de propriedade de fracção autónoma, pelo que o ofendido foi ao casino de ZZ (ZZ) donde levantou HK\$500,000,00 em numerário entregando à arguida, e a arguida trocou outra vez para fichas de casino para jogar com que o ofendido conseguisse ganhar mais comissões de bate-fichas. O ofendido salientou que no acto do segundo empréstimo, a arguida recusou de passar declaração de dívida e não pediu a arguida para passar procuração, e depois a arguida pediu se concordasse emprestar mais ainda HKD500,000,00, iria assinar voluntariamente uma declaração de dívida de HK\$1,500,000.00, sendo essa declaração de dívida passada e concretizada no dia 8 de Agosto, a arguida assinou uma declaração de dívida de HK\$1,500,000.00.
 23. Atestemunha C, na audiência de julgamento, declarou que a pedido do ofendido, levantou duas vezes HK\$500,00.00 na sala de VIP XX (XX 貴賓廳), a primeira vez no telefonema concordou o ofendido levantar HK\$500,00.00, e na segunda vez foi ele que levantou HK\$500,00.00 e entregou ao ofendido junto ao hotel WW, e que as duas vezes não acompanhou nem a arguida nem o ofendido para jogar, e acrescentou ainda que não tem conta no casino ZZ.
 24. O Tribunal a quo entendeu que apesar que houve discrepância entre a arguida e o ofendido (e a testemunha), mas considerando de como a arguida não esclarecera os factos no decorrer dos anos e só confessou os factos na audiência de julgamento, porém, contrariamente, o ofendido conseguiu esclarecer com razão de como efectuou os empréstimos, sendo o pagamento de empréstimo de HK\$1,000,000.00 está suportado pelas

declarações da testemunha C, embora o segundo empréstimo o ofendido e a testemunha tenham referido levantado em local distinto, mas atendendo o tempo que se passou, há lapso na memória também é normal, não deverá ser negado a existência desse empréstimo de HK\$500,00.00.

25. É neste ponto não se acha da decisão o porquê de julgar o ofendido e a testemunha C credíveis, ou aliás mais credíveis que a arguida e as provas existentes ou não existentes nos documentos dos autos. O preceituado no artº 114º do Código de Processo Penal, isso é, o princípio da livre apreciação da prova, deve ter-se por cumprido quando a convicção a que o Tribunal chegou se mostra objecto de um procedimento lógico e coerente de valoração, com motivação bastante, e onde não se vislumbre qualquer assumo de arbítrio na apreciação da prova;
26. Sem que se defina legalmente em que consiste o propalado “exame crítico da prova” imposto pelo artº 355º nº 2 do CPP, tal exame há-de ser aferido com critérios de razoabilidade, sendo fundamental que permita avaliar cabalmente o porquê da decisão e o processo lógico-formal que serviu de suporte ao respectivo conteúdo;
27. A decisão recorrida não cumpriu com tal normativo, uma vez que o tribunal a quo se limitou a referir que tomou convicção por confiar nas declarações do ofendido e da testemunha e acusação. Ora, tendo as declarações das partes sido contraditórias, como se viu supra, impunha-se saber a razão de valorar o ofendido e a testemunha em prejuízo da arguida.
28. A obrigatoriedade de indicação das provas que serviram para formar a convicção do tribunal e do seu exame crítico destina-se a garantir que na sentença ou acórdão se seguiu um procedimento de convicção lógico e racional na apreciação das provas, e que a decisão sobre a matéria de facto não é arbitrária, dominada pelas impressões, ou afastada do sentido determinado pelas regras da experiência.
29. A integração das noções de “exame crítico” e de “fundamentação” de facto envolve a implicação, ponderação e aplicação de critérios de natureza prudencial que permitam avaliar e concluir se as razões de uma decisão sobre os factos e o processo cognitivo de que se socorreu são compatíveis com as regras da experiência da vida e das coisas e com a razoabilidade das congruências dos factos e dos comportamentos.
30. A arguida referiu apenas pediu emprestado HK\$500,00.00.
31. O ofendido em audiência declarou que ambas as vezes, após de emprestar o dinheiro, acompanhou a arguida sendo esta levado logo dinheiro para trocar fichas de casinos para jogar imediatamente.
32. A testemunha C disse na audiência que entregou o dinheiro do segundo empréstimo para o ofendido no hotel WW, dinheiro proveniente da sala de jogo de VIP XX (XX 貴賓廳) do casino YY (YY), e não do casino ZZ (ZZ), o que está completamente em contradição com os factos ora comprovados quanto essa parte, os que foram valorados, sem se saber porque razão se deu credibilidade a uns e não a arguida.
33. No decorrer da audiência bem como nos documentos existentes nos autos, tanto o ofendido, a testemunha assim como nos trâmites da investigação do inquérito, no decorrer dos anos, não foram verificados ou juntos aos autos quaisquer provas documentais, video, transferências de contas de salas de jogo que conste ou comprove a existência do segundo empréstimo, aliado as contradições dos depoimentos prestados pelo próprio ofendido e a testemunha C são divergentes quanto: ao local que foi levantado essa quantia – sala de jogo de VIP XX vs ZZ; a testemunha C não tem conta no casino ZZ; C declarou que entregou no hotel WW mas ofendido declarou estava junto com a arguida na sala de jogo de VIP XX da YY; o ofendido declarou que a arguida pediu o empréstimo destinado para obras de

檢察院就上訴人所提出的上訴作出答覆，其內容如下：

1. 根據《刑法典》第 211 條第 4 款之規定，財產損失屬相當巨額的詐騙罪可被科處 2 年至 10 年徒刑，而原審法庭對上訴人所觸犯的一項詐騙罪判處 2 年 9 個月徒刑，稍為高於該罪抽象法定刑幅的下限，應屬量刑偏輕；根據《刑法典》第 245 條之規

reparação mas de seguida jogou logo novamente nas apostas e o ofendido não ficou assim hesitado?

34. É verdade que uma vez verificados os pressupostos elencados no artº 477º do Código Civil e nos termos do artº 74º do Código Processo Penal deveria o tribunal arbitrar, determinando a arguida indemnizar os danos lesados ao ofendido.
35. Porém imporá que o valor indemnizatório terá de ser justo e consoante o que o ofendido realmente tinha sido subtraído, neste caso a quantia emprestada sob meio fraudulento da arguida.
36. Não é assim possível extrair as razões que levaram o tribunal recorrido a considerar como provados que o ofendido também efectuou o segundo empréstimo de HK\$500,000.00.
37. No caso concreto, o tribunal a quo deveria ter explicitado as razões ou as provas que, deviam inter-relacionadas e conjugadas de acordo com as regras da experiência a comum, o levaram a concluir que a sua descrição e o juízo de valor que elas oferecem em termos de suporte decisório, ou seja, a crítica porque umas merecem credibilidade e outra não, impondo que o juiz indique todas as provas, a favor ou contra, que constituem a decisão e diga as razões pelas quais não atendeu às provas contrárias à decisão tomada."
38. Pelo que se entende violados o art.º 355º nº 2 do CPP.
39. A apontada omissão de fundamentação quanto aos factos supra aludidos incorrerá a nulidade da sentença, nos termos dos artº 360º nº 1 al. a) e 355º nº 2 do C.P.Penal.
40. Na sequência da declaração de nulidade, deverá a sentença recorrida ser reformulada de modo a suprir o referido vício.

Pedido,

Termos em que, e contanto o douto suprimimento de Vossas Excelências, deve o presente recurso ser julgado procedente e, em consequência:

- a) Julgar procedente o vício do excesso da pena condenada, e condenado a recorrente o crime de burla na pena de 2 anos e 6 meses de prisão e o crime de falsificação de documento de especial valor na pena de 1 ano e 3 meses de prisão, em cúmulo condenar a pena de 2 anos e 11 meses de prisão.
- b) Se assim entender em a) seja suspensa a execução da pena de prisão por um período de 3 anos.
- c) Julgar procedente a violação ao art.º 355º nº 2 do CPP pela falta de exame crítico da prova quanto ao arbitramento do quantum de indemnização civil de HK\$1,000,000.00, e declarar a nulidade a sentença, nos termos dos artº 360º nº 1 al. a) e 355º nº 2 do C. P. Penal.
- d) E se o tribunal ad quem não assim entender em declarar a nulidade de sentença, julgar procedente que a arbitração do montante de indemnização civil para a vítima alterado para HK\$500,000.00.

Procedendo que de um dos modos por que se requer farão V, Exºs, no entendimento da recorrente, boa e sã Justiça!

定，偽造具特別價值文件罪可被科處 1 年至 5 年徒刑，而原審法庭對上訴人所觸犯的一項偽造具特別價值文件罪判處 1 年 6 個月徒刑，接近該罪抽象法定刑幅的下限，故就此罪的判刑亦不為重。

2. 根據澳門《刑法典》第 71 條之規定，犯罪競合可科處之刑罰之最高限度為具體科處於各罪之刑罰之總和，而可科處之刑罰之最低限度則為具體科處於各罪之刑罰中最重者，即上訴人在本案的刑罰可被判處 2 年 9 個月至 4 年 3 個月徒刑。上述兩罪競合後，原審法院合共判處上訴人 3 年 3 個月實際徒刑，顯然談不上過重。
3. 由於不存在應給予從新量刑及改判三年以下徒刑之事實及理據，也就不符合澳門《刑法典》第 48 條第 1 款所規定的給予緩刑的法定條件。
4. 綜上所述，檢察院認為原審法院的合議庭判決之量刑部分沒有違反《刑法典》第 40 條及第 65 條之規定，不存在《刑事訴訟法典》第 400 條第 1 款所規定之「適用法律方面」的瑕疵，應駁回上訴。

駐本院助理檢察長提出法律意見書：

2019 年 3 月 22 日，初級法院判處嫌犯 A 以直接正犯及既遂方式觸犯 1 項《刑法典》第 211 條第 4 款 a 項結合同一條第 1 款以及第 196 條 b 項所規定及處罰之「詐騙罪」，處以 2 年 9 個月徒刑；以及 1 項《刑法典》第 245 條結合第 244 條第 1 款 c 項所規定及處罰之「偽造其特別價值之文件罪」，處以 1 年 6 個月徒刑；兩罪競合，合共判處 3 年 3 個月實際徒刑。

上訴人 A 不服上述初級法院裁判而向中級法院提起上訴。

在其上訴理由中，上訴人 A 認為被上訴之判決在量刑部份違反了《刑法典》第 40 條及第 65 條的規定，因而存在《刑事訴訟法典》第 400 條第 1 款規定的“錯誤適用法律”之瑕疵，兩罪競合後，應對其改判 2 年 11 個月徒刑，並予以 3 年緩刑。

對於上訴人 A 所提出的上訴理據，我們認為全部均不能成立，應予以駁回。

上訴人 A 在其上訴理由陳述中表示，其為初犯，在庭審時承認作出被指控的事實，需供養及照顧三名未成年人女兒；其認為就 1 項「詐騙罪」，應改判 2 年 6 個月徒刑；1 項「偽造其特別價值之文件罪」，應改判 1 年 3 個月徒刑；兩罪競合後，應合共判處 2 年 11 個月徒刑。此外，上訴人 A 亦認為，基於其個人生活及家庭生活條件，應給予其 3 年之緩刑期。

《刑法典》第 40 條及第 65 條規定了罪刑相適應原則，在任何情況下，刑罰均不得超過罪過的程度。故此，上訴人 A 認為原審法院違反了《刑法典》第 40 條及第 65 條之規定。

《刑法典》第 40 條及第 65 條規定，具體刑罰應在最低刑幅及最高刑幅之間，以罪過及刑罰目的作出決定。

無可否認，上訴人 A 為初犯，在庭上亦承認作出了被指控的事實，但除此之外，並沒有其他對其特別有利的情節。根據原審法院所認定的事實，上訴人 A 先後三度向被害人 B 聲稱因資金周轉不靈，以內地的一所物業作為抵押，要求借款。於 2014 年 8 月 2 日，上訴人 A 向被害人 B 展示一本“廣東省房地產權證”，並交予被害人保管，被害人便將港幣 500,000 元的現金交予上訴人。於 2014 年 8 月 3 日，上訴人 A 再次向被害人 B 借款港幣 500,000 元，被害人不虞有詐，再次向上訴人借出上述款項。於 2014 年 8 月 4 日，上訴人 A 又一次向被害人 B 借款港幣 500,000 元；於 2014 年 8 月 8 日，被害人要求上訴人簽署一份借據，但於當日被委託的地產中介回覆被害人有關房產證有可能是虛假的；經珠房地產登記中心查詢，最後證實相關房產證為偽證，被害人亦從此無法成功聯絡上訴人。上訴人 A 在短短三天內先後三度向被害人 B 借款，每次金額為港幣 500,000 元，並以偽造的房產證蒙騙被害人，使被害人誤以為真，相信上訴人真的持有相關物業，合共向其借款港幣 1,000,000 元。

上訴人 A 在明知自己並無持有相關物業，亦明知相關行為是法律不容許的情況下，依然在自由、自願及有意識地，故意向被害人展示偽造的房產證，博取被害人之信任，以便向其借款，因而觸犯本案之犯罪，

最終使被害人蒙受港幣 1,000,000 元之財產損失。可見，上訴人 A 是有計劃、有預謀地實施本案之犯罪，其故意程度極高，法律意識薄弱，守法能力低，特別預防的要求較高。

此外，上訴人 A 所實施的犯罪行為近年日趨頻繁，屢禁不止，有關犯罪不單對社會安寧及法律序造成嚴重的負面影響，亦對被害人造成相當巨額的財產損失，故是本澳致力打擊的犯罪行為，因此，一般預防的要求亦高。

被上訴的合議庭亦綜合考慮了犯罪預防(無論是特別預防還是一般預防)的需要及上訴人 A 的罪過程度，在「詐騙罪」的 2 年至 10 年徒刑的法定刑幅中《刑法典》第 211 條第 4 款 a 項結合第 196 條 b 項)，以及在「偽造其特別價值之文件罪」的 1 年至 5 年徒刑的法定刑幅中(《刑法典》第 245 條結合第 244 條第 1 款 c 項)，決定分別判處上訴人 A 2 年 9 個月及 1 年 6 個月的徒刑，我們認為這大約十三分之一及八分之一的刑罰幅度已屬較輕，完全無違反罪刑相適應原則。

加上，一如我們所認同，法律給予法院在刑法規定的刑幅間有選擇合過刑罰的自由，只有當原審法院明顯違反法律或罪刑相適應原則時，上級法院才有介入原審法院的量刑空間。

可見，被上訴裁判並無量刑過重，沒有違反任何法律規定，尤其沒有違反《刑法典》第 40 條及第 407 條之規定，故無存在《刑事訴訟法典》第 400 條第 1 款規定的“錯誤適用法律”之瑕疵。鑒於此，上訴人 A 此部份上訴理由不能成立，應予駁回。

此外，考慮到原審法院對上訴人 A 的量刑並沒違反法律，上訴人 A 被合共判處 3 年 3 個月徒刑，根據《刑法典》第 48 條第 1 款之規定，沒有適用緩刑的空間。

綜上所述，應裁定上訴人 A 所提出的上訴理由全部不成立，予以駁回，並維持原審法院的裁決。

本院接受上訴人提起的上訴後，裁判書製作人在初端批示中認為上訴理由明顯不成立，故運用《刑事訴訟法典》第 407 條第 6 款 b 項規定的權能，對上訴作出簡要的審理和裁判。

二、事實方面

案件經庭審辯論後查明以下已證事實：

- 2013 年 7 月，本澳居民 B(被害人)經人介紹而認識了嫌犯 A。起初嫌犯將車輛送到被害人的車行維修，之後偶爾會到車行與被害人閒聊，兩人很快變得熟絡。
- 2014 年 7 月，嫌犯主動聯絡被害人，聲稱因資金周轉不靈向被害人借取港幣五十萬元，並以內地的物業（即珠海市香洲區.....路...號...棟...房）作為抵押，承諾若無法償還欠款便會將該物業作抵償。因有物業抵押，被害人決定借錢予嫌犯。
- 2014 年 8 月 2 日，嫌犯與被害人相約見面。為了令被害人相信嫌犯持有上述物業及有能力還款，嫌犯向被害人出示了一本“廣東省房地產權證”（粵房地權證珠字第 010*****號，房產位於珠海市香洲區.....路...號...棟...房），並將該“廣東省房地產權證”交予被害人保管，於是被害人帶嫌犯去到 YY 娛樂場的 XX 貴賓廳，向朋友 C 借取港幣五十萬元現金後當面交給嫌犯。
- 2014 年 8 月 3 日，嫌犯再向被害人要求借取港幣五十萬元，被害人基於前述理由再次借出港幣五十萬元給嫌犯。
- 同年 8 月 4 日，嫌犯第三次向被害人提出借款港幣五十萬元，故此被害人委託地產代理以查核嫌犯用作“抵押”的物業的最新狀況。與此同時，被害人相約嫌犯於 2014 年 8 月 8 日見面，並要求其簽署了一份樓宇按揭借據（見卷宗第 8 頁），該借據上記載了借款是港幣一百五十萬元，原因是被害人該天本來打算將會再借出港幣五十萬元，加上之前兩次借予嫌犯的金錢的總和便是港幣一百五十萬元。然而，在簽署借據後，上述地產代理告知被害人上述房產證可能是虛假的，故此，被害人這天（即 2014 年 8 月 8 日）沒有借出金錢。
- 隨後，被害人前往珠海市房地產登記中心查詢，經職員核實後證實嫌犯向被害人提交作為抵押的“廣東省房地產權證”（粵房地權證珠字第 010*****號）為偽證（見卷宗第 21 至 27 頁）。

- 被害人多次致電嫌犯均無法聯絡到嫌犯，懷疑被騙，於是委託律師於 2014 年 8 月 25 日向檢察院作出檢舉。
- 被害人倘若知悉嫌犯於 2014 年 8 月兩次借款之日並非持有上述物業（即粵房地權證珠字第 010*****號，房產位於珠海市香洲區.....路...號...房）之業權，則不會相信嫌犯有能力還款，從而不會借款予嫌犯。
- 被害人 B 損失港幣一百萬元。
- 嫌犯是在自由、自願及有意識之情況下故意實施上述行為，向被害人出示及提交一本偽造的房產證作為抵押，使用了由他人製造的虛假公文書，令被害人相信其有償還能力而向其借出金錢，造成被害人相當巨額之財產損失。
- 嫌犯清楚知道其行為違法，會受法律制裁。

同時，亦證明下列事實：

- 根據刑事紀錄證明，嫌犯為初犯。
- 嫌犯的個人及家庭狀況如下：
- 嫌犯現為無業，無收入。
- 需供養三名未成年女兒。
- 學歷為高中畢業。

未獲證明之事實：載於控訴書內的其他事實，尤其：

- 嫌犯承諾若不還款則將上述房產轉到被害人名下；被害人要求嫌犯簽署授權書作為保證，但被嫌犯以下不方便為由拒絕。

三、法律部份

上訴人 A 在其上訴理由中，認為其為初犯，在庭審時承認作出被指控的事實，需供養及照顧三名未成年人女兒；其認為就 1 項「詐騙罪」，應改判 2 年 6 個月徒刑；1 項「偽造其特別價值之文件罪」，應改判 1 年 3 個月徒刑；兩罪競合後，應合共判處 2 年 11 個月徒刑。此外，上訴人 A 亦認為，基於其個人生活及家庭生活條件，應給予其 3 年的緩刑

期。而被上訴的判決不這樣決定，違反了《刑法典》第 40 條及第 65 條的規定。

最後上訴人還對原審法院的賠償裁判提出上訴主張，認為原審法院在決定判處上訴人賠償受害人 100 萬元的決定時，缺乏進行證據的衡量，陷入了《刑事訴訟法典》第 360 條所規定的無效。而根據已證事實，僅可判處嫌犯賠償 50 萬元。

上訴理由明顯不能成立。

《刑法典》第 40 條及第 65 條規定，具體刑罰應在最低刑幅及最高刑幅之間，以罪過及刑罰目的作出決定。法律給予法院在刑法規定的刑幅間有選擇合過刑罰的自由，只有當原審法院明顯違反法律或罪刑相適應原則時，上級法院才有介入原審法院的量刑空間。

無可否認，上訴人 A 為初犯，在庭上亦承認作出了被指控的事實，但除此之外，並沒有其他對其特別有利的情節。相反，上訴人在短短三天內先後三度向被害人 B 借款，每次金額為港幣 500,000 元，並以偽造的房產證蒙騙被害人，顯示其有計劃、有預謀地實施本案犯罪，其故意程度極高，犯罪的特別預防的要求較高。

此外，上訴人 A 所實施的犯罪行為近年日趨頻繁，屢禁不止，有關犯罪不單對社會安寧及法律序造成嚴重的負面影響，亦對被害人造成相當巨額的財產損失，故是本澳致力打擊的犯罪行為，因此，一般預防的要求亦高。

在此基礎上，被上訴的合議庭綜合考慮了犯罪預防（無論是特別預防還是一般預防）的需要及上訴人 A 的罪過程度，在「詐騙罪」的 2 年至 10 年徒刑的法定刑幅中《刑法典》第 211 條第 4 款 a 項結合第 196 條 b 項），以及在「偽造其特別價值之文件罪」的 1 年至 5 年徒刑的法定刑幅中（《刑法典》第 245 條結合第 244 條第 1 款 c 項），決定分別判處上訴人 A 2 年 9 個月及 1 年 6 個月的徒刑，以及在數罪並罰選擇 3 年 3 個月徒刑的刑罰已輕無可輕，沒有明顯違反罪刑相適應原則。

因此，依此 3 年 3 個月徒刑的刑罰，沒有適用《刑法典》第 48 條第 1 款規定予以緩刑的空間。

至於賠償部分的決定的瑕疵問題，上訴人更是毫無道理。

只要簡單看看原審法院載於第 6-7 頁判決書的理由說明部分就可見，原審法院詳盡地分析了嫌犯和受害人各執一詞的陳述，從中作出了衡量，作出了其認為合適的心證，然後根據經驗法則作出了並沒有不符合邏輯的判斷，明確認定了受害人遭受 100 萬元的損失的事實。根本不存在上訴人所質疑的缺乏對證據的衡量的瑕疵。

四、決定

綜上所述，中級法院裁判書製作人裁定上訴人的上訴理由明顯不成立，予以駁回。

判處上訴人繳付本程序的訴訟費用以及 6 個計算單位的司法費，還需交付相同計算單位的《刑事訴訟法典》第 410 條所規定的懲罰性金額。

澳門特別行政區，2019 年 9 月 20 日

蔡武彬